



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0017327/2023-08

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Alto Paranaíba**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL  | NÚMERO DO DOCUMENTO     | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|--|-------------------------|---|
| Não Passível de Licenciamento  | 2100.01.0017327/2023-08 | NAR Patrocínio                              |
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>  |                         |   |
| Nome: Manoel Naves Cardoso   |                         | CPF/CNPJ: 170.442.356-20                    |
| Endereço: Rua Ronan Cardoso, nº 1.575  |                         | Bairro: Vila Nova                           |
| Município: Monte Carmelo   | UF: MG                  | CEP: 38.500-000                             |
| <b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>  |                         |   |
| Nome: Espólio de José Romildo Carneiro   |                         | CPF/CNPJ: 034.188.207-00                    |
| Endereço: Avenida Cesar Lattes, nº 1.000 - Bloco 04 - Apto 801   |                         | Bairro: Barra da Tijuca                     |
| Município: Rio de Janeiro  | UF: RJ                  | CEP: 22.793-329                             |
| <b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>  |                         |   |
| Denominação: Fazenda Pirapetinga   |                         | Área Total (ha): 314,0787                   |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 4.281, 4.282, 4.283, 6.004, 7.391, 8.490 e 40.100             |                         | Município/UF: Monte Carmelo/MG              |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): 8CE8.B4A4.892B.4255.A7A1.214A.052F.B657 |                         | MG-3143104-                                 |
| <b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>   |                         |   |

|  |  |  |                                    |           |
|--|--|--|------------------------------------|-----------|
| Tipo de Intervenção  |  | Quantidade   | Un                                 |           |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo  |  | 12,0780  | ha                                 |           |
| <b>5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>   |  |  |                                    |           |
| Uso a ser dado à área  |  | Especificação  | Área (ha)                          |           |
| Agricultura  |  |  | 12,0780                            |           |
| <b>6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>   |  |  |                                    |           |
| Bioma/Transição entre Biomas   | Área (ha)  | Fisionomia/Transição   | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Cerrado  | 12,0780  | Cerrado  |                                    | 12,0780   |
| Total:   | 12,0780  |  | Total:                             | 12,0780   |
| <b>7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>  |  |  |                                    |           |
| Produto/Subproduto   | Especificação  | Quantidade   | Unidade                            |           |
| Lenha de floresta nativa   |  | 882,6700   | m³                                 |           |
| <b>8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA</b>   |  |  |                                    |           |
| <b>Marcos de Siqueira Nacif Junior – MASP 1.250.587-1</b><br>Data da Vistoria: 16/11/2023  |  |  |                                    |           |
| <b>9. VALIDADE</b>   |  |  |                                    |           |
| Data de Emissão: 06/05/2024<br><br>Validade: 3 (três) anos<br><u>OU</u><br>De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental. |  | Observações:<br><br><b>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</b> |                                    |           |
| <b>10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA</b>   |  |  |                                    |           |
| Tipo de intervenção  | Datum  | Fuso   | Coordenada Planta (UTM)            |           |
|  |  |  | X                                  | Y         |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo  | Sirgas 2000  | 23k  | 232.531                            | 7.933.612 |
| <b>11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)</b>  |  |  |                                    |           |
| Item   | Descrição da Condicionante   |  |                                    |           |
| 1  | Este parecer não autoriza o corte de espécies protegidas por Lei, tais como Pequi e Ipê Caraíba. |  |                                    |           |

|   |  |
|---|--|
| 2 | Permanecerão na área 86 indivíduos da espécie Pequi (conforme planilha apresentada no processo), que não tiveram sua supressão autorizada.   |
| 3 | Adotar técnicas de conservação de solo e água, principalmente a construção de curvas em nível e cacimbas.  |
| 4 | Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência específico disponível no site do IEF. Prazo: 30 (trinta) dias após a conclusão da supressão.     |
| 5 | Apresentar o certificado de registro na categoria “Extrator ou fornecedor de produtos e subprodutos da flora” ou “Produtor de produtos e subprodutos da flora”, conforme Portaria IEF nº 125/2020. Prazo: 30 (trinta) dias após a emissão da Autorização para Intervenção Ambiental – AIA. |

## 12. OBSERVAÇÃO

A Autorização de Intervenção Ambiental - AIA deve estar acompanhada da Autorização de Exploração Florestal - AUTEX emitida no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO, caso a intervenção ambiental gere produto e/ou subproduto florestal (lenha, madeira, etc.).

A reposição Florestal deve estar quitada antes do início da exploração florestal, e portanto a emissão da Autorização de Intervenção Ambiental só terá validade após a respectiva quitação bem como das taxas de Expediente e Florestal.

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF.

O transporte do produto/subproduto florestal autorizado (lenha, madeira, etc.) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo Documento de Origem Florestal - DOF a ser emitido no Sistema DOF+ Rastreabilidade.

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***

Frederico Fonseca Moreira

Supervisor Regional - MASP: 1.174.359-8

Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fonseca Moreira, Supervisor(a)**, em 07/05/2024, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **87595999** e o código CRC **1BEA847F**.